Saiba+

Desde 2006 Setembro de 2017 Faculdade de Jornalismo - PUC Campinas

Queimadas, falta de chuvas e baixa umidade provocam problemas respiratórios

Pág. 06

Feminicídio atinge número recorde

Até o final de agosto, 24 mulheres foram assassinadas em Campinas

O número de casos de feminicídio em Campinas, apenas no primeiro semestre de 2017, já é quase três vezes maior do que em todo o ano de 2016. Apesar de os dados oficiais ainda não estarem disponíveis no Sistema de Notificações de Violência (Sisnov), a própria coordenadora do serviço, Verônica Alencar, lembra que muitos dos casos de agressões a mulheres não são registrados ou não continuam a ser investigados, o que não dá uma perspectiva real da quantidade de crimes.

Para diminuir esses números e trazer melhorias para as investigações, um juizado especializado em violência doméstica tem previsão de ser implantado em Campinas, mas ainda depende de acordo entre a Prefeitura e o Tribunal de justiça para a implementação de uma equipe especializada. ***Pág. 03***

Foto: Júlio Moreira

Sem acesso a serviços básicos como saúde e educação há 5 meses, moradores da Ocupação Mandela ainda esperam por uma solução da Prefeitura após reintegração de posse. Ocupantes fazem parte de lista que possui 35 mil famílias à espera de moradia. ***Pág. 05***

Cidades
Ambulantes acusam Guarda Municipal e Setec de violência durante fiscalizações
Pág. 04

Educação
Falta de verba e corte de bolsas do CNPq colocam em risco pesquisas científicas no País
Pág. 07

Juventude
Com desemprego em alta, vagas de estágio aumentam 31% no primeiro semestre de 2017
Pág. 08

Esporte
Brasileiros já se preparam para assistirem à Copa do Mundo na Rússia em 2018
Pág. 12

Cultura
Sem apoio da Prefeitura, grupos culturais independentes têm dificuldade em manter projetos
Pág. 11

RÁPIDAS
THAINÁ FERNANDES

Aumentam as propagandas irregulares

Foto: Thainá Fernandes

Placas e cavaletes represetam a maior parte das irregularidades

O número de multas por propaganda irregular em Campinas aumentou 360% no primeiro semestre de 2017, em comparação com o mesmo período do ano passado. Segundo dados da Serviços Técnicos Gerais (Setec), órgão que fiscaliza o setor no município, foram 69 autuações de janeiro a junho contra 15 em 2016. Entre as ilegalidades, estão placas e cavaletes em canteiros, entrega de panfletos e fachadas fora dos padrões. As regiões de Campinas com o maior número de multas são a Avenida Norte Sul e o bairro Castelo. Ainda de acordo com o balanço, a Prefeitura aplicou 87 multas de janeiro até o dia 11 de agosto deste ano, enquanto no ano passado inteiro foram 71.

Trabalho informal cresce na RMC

A mão-de-obra informal (sem carteira assinada) cresceu 7,7% na Região Metropolitana de Campinas em junho deste ano em comparação ao mesmo período do ano passado. Só na cidade de Campinas, são 260 mil e 700 pessoas atuando na informalidade. Um número 8% maior que o registrado em junho de 2016. As cidades de Sumaré e Hortolândia registram os maiores índices de pessoas no mercado informal. Em Sumaré, 106 mil estão no mercado informal, contra 40 mil que possuem carteira assinada. Em Hortolândia, cerca de 84 mil pessoas estão na informalidade e apenas 36 mil estão registradas.

RMC tem 399 veículos adulterados

O número de veículos adulterados aumentou 87% de 2016 para o primeiro semestre 2017 na Região Metropolitana de Campinas (RMC). De acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública (SSP), o índice passou de 213 para 399 nos 20 municípios. Entre as mudanças, estão alterações nos chassis e placas clonadas. Segundo a Polícia Civil, os carros normalmente são usados para cometer crimes como sequestro e roubos. Ainda de acordo com o Registro Digital de Ocorrência da SSP, Campinas lidera o número de veículos adulterados na RMC com 154 casos em 2016.

Expediente

Jornal laboratório produzido por alunos da Faculdade de Jornalismo da PUC-Campinas.
Centro de Comunicação e Linguagem (CLC)
Diretor: Rogério Bazi;
Diretora-Adjunta: Cláudia de Cillo;
Diretor da Faculdade: Lindolfo Alexandre de Souza.
Professor responsável: Fabiano Ormaneze
(Mtb 48.375)
Edição: Beatriz Bigarello e Felipe Bettarello
Diagramação: Murilo Bonfim e Pedro Benvenuti

CARTA AO LEITOR
BEATRIZ BIGARELLO
FELIPE BETTARELLO
EDITORES

Querido Leitor,

Nessa edição do *Saiba+*, trazemos os fatos mais importantes da RMC, divididos em cinco editorias para facilitar a leitura. Nossa principal manchete aborda um dado alarmante: os primeiros meses do ano bateram o recorde em casos de feminicídio: 24 mulheres morreram violentamente, a maioria delas, pelas mãos de companheiros ou ex. Em um momento midiático de tanto destaque para a violência doméstica, ainda existem ocorrências em que a vítima continua calada pelo medo da exposição e represália. É necessário entender um pouco melhor como agir diante desse quadro tão preocupante. Na editoria de educação, a repórter Ericka Araújo acompanhou a votação do projeto Escola Sem Partido, aprovado em primeira instância, e que pode significar a censura a professores.

Durante o mês todo, por meio da campanha "Setembro Amarelo", o Brasil fala sobre a importância da prevenção ao suicídio e faz um alerta aos familiares dos jovens, pois, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), os números dessa tragédia têm aumentado nessa faixa etária. Entenda mais sobre o assunto na reportagem de Stéphanie Borin.

No próximo ano tem Copa do Mundo e muitos brasileiros apaixonados pelo esporte contaram ao Saiba+ como têm sido os preparativos para viajar à Rússia, sede do campeonato em 2018.

Boa leitura!

ARTIGO
THAINÁ FERNANDES

ESCOLA SEM PARTIDO: O SILÊNCIO DA EDUCAÇÃO

É na circunstancia do golpe político no Brasil de 2016 que analisamos o Projeto Escola Sem Partido (PLS 193/2016, PL 1411/2015 e PL 867/2015), que veio para eliminar a discussão ideológica no ambiente escolar e restringir os conteúdos de ensino a partir de uma falsa ideia do conhecimento.

A primeira razão para ser contra o projeto diz respeito à impossibilidade de uma discussão mais plural nas salas de aula. Os conteúdos escolares, se resultados de um processo autoritário, trazem riscos para os estudantes, pois se tornarão reféns de único pensamento, o que lhes retira a liberdade de acesso a conhecimentos essenciais para garantia de sua formação integral e para sua elaboração no campo afetivo, emocional, político, cultural e social.

A sala de aula deve ser um espaço que privilegia a discussão e a diversidade, mas o projeto dificulta que esses objetivos sejam cumpridos pois defende a disseminação de materiais pedagógicos que sequer fazem menções às questões de gênero e orientação sexual, impossibilitando a escola de promover a reflexão crítica e plural, conforme prevê a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (LDB). Proíbe-se, assim, o acesso a uma educação democrática e conectada às discussões contemporâneas.

Por fim, é preciso dizer que o projeto se ampara numa falsa ideia de educação, que prevê "neutralidade política, ideológica e religiosa; reconhecimento da vulnerabilidade do educando; liberdade de consciência e de crença; e direito dos pais que seus filhos recebam a educação moral de acordo com suas próprias convicções". Considerando a subjetividade inerente ao ser humano, o que se estaria fazendo, na verdade, é apenas reforçar uma posição, aquela hegemônica e que não considera o direito de pensar diferente.

O grande prejuízo a ser causado pelo projeto, se aprovado, não será visível agora, de imediato, mas para as próximas gerações, que vão amargar a falta de uma formação crítica e baseada na diversidade de opiniões, pela qual tanto o Brasil lutou durante o período da Ditadura Militar.

Campinas já registra recorde de feminicídio

Número de mortes na primeira metade de 2017 é quase três vezes maior que em todo o ano passado

Barbara Gasparello

Foto: Mario Quintino

Medo e falta de atendimento adequado fazem com que mulheres deixem de denunciar e números sobre violência ficam subnotificados

O primeiro semestre de 2017 trouxe para Campinas o fardo de um recorde: o ano já tem o maior número de casos de feminicídios da história. Na cidade, foram registradas 24 mortes de mulheres por companheiros ou ex, de acordo com os boletins de ocorrência disponibilizados pela Polícia Militar. No ano passado, foram apenas oito casos enquadrados na mesma categoria na cidade, o que já representa um aumento de 200%. Nesse número, estão nove mulheres vítimas da chacina ocorrida no dia 1° de janeiro.

Essas estatísticas foram obtidas por jornalistas, por meio da pesquisa diária feita nos boletins de ocorrência em busca de reportagens. Isso porque as informações oficiais, no Sistema de Notificações de Violência (Sisnov), demoram a ser calculadas e divulgadas. Para se ter uma ideia, o último dado oficial sobre violência contra a mulher é de 2015, quando foi registrado um aumento de 47% nos casos em relação ao ano anterior. Os dados de 2016 devem estar disponíveis apenas em novembro deste ano. Para saber o número oficial de casos de 2017, será necessário esperar o penúltimo mês de 2018.

Especialistas no assunto relatam ainda que esses números são sempre subnotificados. A coordenadora do Sisnov, Verônica Alencar, lembra que, em muitos casos, agressões a mulheres não são registradas, pois elas não procuram as delegacias ou não dão continuidade à investigação.

Na tentativa de diminuir esses números e cuidar de modo mais específico dos casos e denúncias, está em processo de implantação em Campinas a Vara de Juizado Especializado em Violência Doméstica, prevista na Lei Maria da Penha, promulgada há 11 anos. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já publicou resolução que a cria oficialmente na cidade, porém falta resposta da Prefeitura assumindo o compromisso de efetivar e garantir que essa rede estará disponível para quem precisa de apoio.

Mobilização

A ONG Minha Campinas faz uma mobilização com abaixo-assinado para a implementação desta Vara. Segundo Claudia Oliveira, socióloga e membro da ONG, já houve promessa por parte da Prefeitura. Segundo ela, uma Vara Especializada ajuda a prevenir a morte de mulheres, trazendo agilidade, pois, junto com uma Juíza específica, conseguiria melhorar a velocidade desse tipo de caso. Além disso, contaria com uma especificidade, pois casos de violência demandam assistência, acolhimento e acompanhamento, de equipe multidisciplinar, diferentes de outros casos criminais.

Questionada, a Prefeitura apenas informou, por meio de nota, que a equipe multidisciplinar que deve integrar a Vara tem sua instalação como responsabilidade do Judiciário e, somente após a instalação, estabelece fluxos de trabalho entre os diversos órgãos estaduais, municipais e do Judiciário. Questionado, o Tribunal de Justiça não respondeu até o fechamento desta reportagem.

Condições

Para Patricia Felizola, psicóloga e membro do Centro de Apoio a Mulher Operosa (Ceamo), órgão da Prefeitura, a Vara irá facilitar a aplicabilidade da lei. Segundo ela, hoje os casos de violência doméstica vão junto com os demais para a Vara Criminal, o que causa mais demora e negligências às vítimas, pois as duas instâncias não mantém contato. "Um exemplo seria o de uma mulher agredida pelo companheiro, que tem processo contra ele na Vara Criminal e, ao mesmo tempo, está se separando na Vara Civil. Poderia acontecer de a separação sair antes e o juiz conceder a ele o direito de visitar os filhos e a divisão de guarda, sem considerar o processo criminal".

Em casos de violência, o Ceamo faz o primeiro acolhimento, a classificação de risco e orienta as mulheres encaminhadas por centros de saúde ou delegacias.

De acordo com a assistente social do órgão, Ana Francisconi, muitas mulheres se recusam a procurar ou voltar a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), em função do atendimento recebido, da demora que pode chegar a 12 horas e do expediente que só está disponível em horário comercial, de segunda a sexta. No Ceamo, mensalmente, são atendidas cerca de 130 mulheres.

Vara especial é caminho para diminuir violência

Na época em que Paula Selhi, de 52 anos, foi vítima de agressão, aos 22, não existiam mecanismos de ajuda à mulher na cidade, nem a delegacia especializada. Para ela, mesmo hoje, com duas DDMs, ainda falta atendimento acolhedor e amoroso, além de treinamento especializado e humanizado, pois as próprias delegacias da mulher contam com discurso sexista e acusador.

Paula hoje trabalha no Centro de Apoio ao Trabalhador (CPAT) e faz palestras sobre violência doméstica, mas, desde 2013, atuou em vários órgãos ligados à causa. De acordo com ela, há exemplos em várias cidades brasileiras, principalmente em Vitória (ES), de políticas públicas que diminuíram os casos de agressão. Na capital capixaba, por exemplo, além do atendimento às vítimas, o agressor é obrigado, por lei, a passar por um processo de reabilitação. "É como uma escola que o ensina a tratar as mulheres adequadamente, visto que o machismo e até mesmo a agressão são passados culturalmente pelas gerações e precisamos reverter esse cenário". Para ela, "a Vara é o mínimo que Campinas já deveria ter feito para mudar os números de violência, de machismo e de descaso à vítima presentes hoje em larga escala".

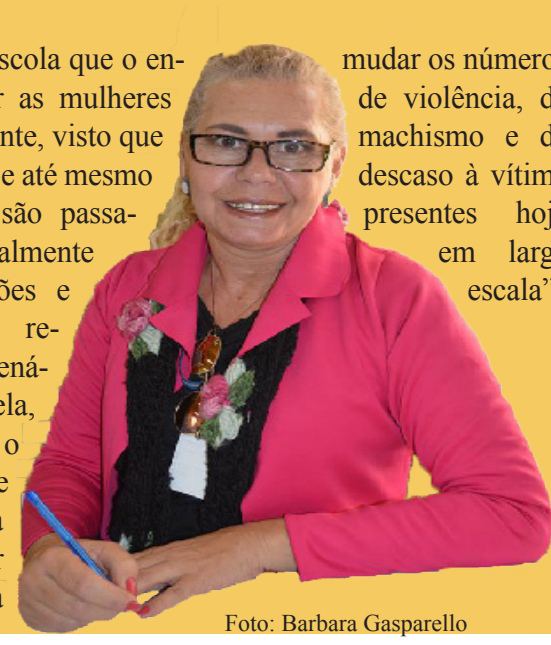

Foto: Barbara Gasparello

Número de farmácias aumenta em Campinas

Para economista, maior procura por produtos de beleza contribui para o crescimento do setor

Jéssica Moraes

Se por um lado vários setores varejistas têm fechado as portas, o mesmo não pode ser dito sobre as grandes redes de drogarias. O setor é considerado um dos mais rentáveis do País. Em 2016, houve uma movimentação de cerca de R$ 400 bilhões no setor, segundo dados da Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma). Isso pode ser percebido pelas ruas de Campinas, já que a cidade registrou um aumento de 22% no número desses estabelecimentos em dois anos.

Em 2014, de acordo com Conselho Regional de Farmácia (CRF), havia na cidade 289 drogarias. Atualmente, são 370 (dados de julho). O economista Guilherme Damasceno mencionou o fato de os medicamentos serem considerados itens indispensáveis e, por essa razão, menos impactados pela crise.

Para ele, até mesmo os genéricos e itens considerados 'não medicamentos' podem ter contribuído para o quadro de expansão e superfaturamento. "Os genéricos acabaram contribuindo muito para isso. A gente consegue ver novas ofertas de medicamentos. Nós estamos vivendo um momento de procura pela linha de beleza e itens fitness, vendidos nas drogarias. Isso também possibilitou uma manutenção e até crescimento do setor".

Ainda de acordo com o economista, a venda desses produtos faz parte de uma tendência "para que as farmácias e drogarias se tornem grandes conveniências, que ofereçam uma gama maior de produtos. De acordo com Damasceno, mais de 40% do faturamento não vêm da venda de medicamentos, mas de outros produtos.

Foto: Felipe Bettarello

Aumento na quantidade de farmácias pode ser percebido nas ruas e avenidas de Campinas

O aumento na demanda por parte da população por farmácias mais próximas de casa também pode ser um dos motivos para o crescimento do número de unidades, segundo o diretor regional do CRF-SP em Campinas Leonel Francisco de Almeida Leite. A localização pode ser considerada uma estratégia "para facilitar a visibilidade e aumento da demanda do próprio mercado", diz.

O problema, observou o diretor, é que isso pode motivar a automedicação. Caso haja realmente a necessidade de utilizar medicamentos, Leite aconselha a população a procurar drogarias com farmacêuticos, "que deem correta orientação para população e minimizem o uso indiscriminado de medicamentos".

Para a médica infectologista Adriana Flavia Camillo Feltrin, o hábito de se automedicar pode ser considerado um problema de saúde pública. "As pessoas têm nas farmácias o acesso a vários medicamentos para o quais não precisam de receita médica. Na própria prateleira, eu posso ir e escolher um produto, como no supermercado. Esses usos de forma incorreta podem acarretar o agravamento da doença ou esconder alguns sintomas importantes para diagnosticá-la".

Algumas pessoas não se atentam para a gravidade dos riscos e acham que a abertura de novas drogarias é benéfica. É o caso do porteiro Antônio Gois Maciel, de 63 anos, "Quem não tem aquela farmacinha em casa, né? Sempre tem remedinho para dor de cabeça e para gripe... Eu sei os riscos que isso pode me trazer, mas é mais prático ir até uma farmácia e comprar do que procurar um médico. Ter farmácia perto de casa facilitou muito a vida da gente. Antes, eu tinha que ir até o Centro, agora só no meu bairro tem quatro".

Já para a professora aposentada Iracema de Oliveira Moraes, de 71 anos, poder escolher em qual farmácia comprar seus remédios ajuda na economia. "Antes quantas farmácias e drogarias havia aqui? Pouquíssimas! Na primeira que entrava, já tinha que comprar tudo. Agora não. Eu pesquiso bastante antes de escolher em qual fechar o pedido".

Ambulantes reclamam de abordagem violenta

Vendedores denunciam agressões de agentes da Setec e guardas municipais; órgãos negam acusações

Carolina Lima

Ambulantes da região de Campinas reclamam da abordagem violenta de fiscais da autarquia municipal que fiscaliza o uso do solo público de Campinas, a Serviços Técnicos Gerais (Setec) em conjunto com a Guarda Municipal (GM). Os órgãos contestam as acusações.

Segundo ambulantes ouvidos pela reportagem, que trabalham no Terminal Central de Campinas, os fiscais, em conjunto com a Polícia Militar, tornam a abordagem agressiva. Ana Paula Carvalho, de 28 anos, vende água, salgadinhos e pipoca na região, por conta da dificuldade de encontrar um emprego formal. Ela diz que já presenciou os fiscais agredindo um idoso para que ele entregasse a mercadoria que vendia. "Não importa se é da GM ou da Setec. Eles são violentos sim. Eu vi batendo, sem dó, na cabeça de um senhor. Eu até me meti, fui separar, porque ele não estava fazendo nada. Ele estava só vendendo as coisinhas dele".

Ana nunca teve suas mercadorias apreendidas, porque sempre corre quando percebe que abordagens estão acontecendo. Teresa Cristina da Silva, de 52 anos, também vende suas mercadorias no Terminal Central. De acordo com ela, os ambulantes sentem medo quando a GM está envolvida. "Ninguém reage porque o pessoal fica com medo de ser preso, né?".

O fiscal da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec), Laurino Branco de Souza, de 46 anos, conta que nunca presenciou os fiscais da Setec sendo agressivos. "Eles abordam mais no papo, na conversa". Ele completa dizendo que, quando acontece conflito, a GM é chamada.

Segundo a GM, uma viatura é enviada com dois policiais para o reforço das abordagens da Setec. Durante a abordagem, se a pessoa se exalta e reage de forma agressiva, pode ocorrer a detenção. "Se a pessoa reage de forma violenta, a gente segura e tenta acalmar. Talvez, seja essa a ideia que passe, porque os ânimos estão exaltados, mas buscamos não ser agressivos", conta o GM Gustavo Alves.

Em relação à conduta dos fiscais nas abordagens, o Assessor Técnico da Presidência da Setec, Edson Andrade, conta que os fiscais passam por treinamentos e reuniões periódicas, com orientações sobre como agir. "Em hipótese alguma, os fiscais são orientados a ser violentos. Esse comportamento não é aceito". Ele aconselha que, em casos de qualquer tipo de violência praticada por algum fiscal, um boletim de ocorrência seja registrado .A pessoa deve também protocolar uma reclamação na Setec. "O caso será apurado com rigor", afirma.

Teresa conta que as atividades dos ambulantes no Terminal Central, geralmente, são tranquilas, já que os fiscais deixam que eles circulem e vendam poucas quantidades de mercadorias. Ela conta que, geralmente, é por volta do meio-dia que os fiscais chegam ao local e começam a apreender os carrinhos.

Para recuperar as mercadorias, de acordo com a Setec, se o produto for perecível e for a primeira apreensão, o ambulante deve fazer a retirada em, no máximo, seis horas. Quando se trata de produtos não perecíveis e infratores não reincidentes, a retirada só pode ser feita após 72 horas. O prazo máximo é de 30 dias. Para ambos os casos, é necessário o pagamento de uma multa no valor equivalente a 20% do valor total das mercadorias. Caso seja reincidência, o produto permanece na sede da Setec e o infrator não pode retirá-lo. Andrade conta que esses produtos são doados a instituições de caridade.

Segundo dados da Setec, há atualmente em Campinas 539 ambulantes cadastrados. Não há nenhum levantamento em relação à quantidade de ambulantes clandestinos. Para se cadastrar, os interessados devem se dirigir à sede da Setec, que fica na Praça Voluntários de 32, s/n, com documentos pessoais. É necessário informar o tipo de produto a ser comercializado, o equipamento utilizado e o local onde pretende atuar. A partir dessas informações, será calculado o valor de uma taxa a ser paga para regularização do cadastro.

Moradores do Mandela ainda esperam Prefeitura

Sem comprovante de endereço, ocupantes não conseguem emprego e não têm acesso à saúde e educação

Julio Cesar Moreira

Cinco meses após sofrer com a reintegração de posse no Jardim Capivari, em Campinas, os moradores da Ocupação Nelson Mandela continuam enfrentando a falta de acesso aos direitos mínimos previstos na Constituição Federal. Com 108 famílias, a ocupação se instalou em um terreno no Distrito Industrial, região Sudoeste da cidade, onde permanecem ignorados pelo Poder Público.

Os moradores da ocupação foram retirados do local, que ficava num terreno vazio, no dia 28 de março. Por dois dias, eles ficaram na rua, com crianças dormindo dentro de malas para ajudar a combater o frio da noite. Ao saber da situação dos moradores do Nelson Mandela, as ocupações Vila Soma e Joana D'Arc se solidarizaram e acolheram as famílias. A única ação que o Poder Público teve com os moradores foi pedir que se inscrevessem nos programas da Companhia de Habitação de Campinas (Cohab), onde passariam a fazer parte de um grupo de 35 mil famílias que esperam por um teto.

Quase um mês depois, a ocupação se instalou em um terreno na Rua Seis, no Distrito Industrial. "Chegamos aqui bem pior do que estávamos antes. Porque aqui não tínhamos nada, teve que começar tudo do zero", lembra Célia Maria dos Santos, de 48 anos, uma das lideranças da ocupação. Sem lona ou madeira para construir os barracos, as famílias chegavam aos poucos para recomeçar suas vidas.

O secretário de Habitação e presidente da Cohab, Samuel Rossilho, visitou a ocupação, fez um cadastro das famílias e prometeu ajudar os moradores. Entretanto, a condição era de que o auxílio só aconteceria se a ocupação não aumentasse. "O secretário veio e passou cadastrando todas as famílias e disse que nós não podíamos deixar mais ninguém se instalar", conta Raquel Danieli Bento, de 43 anos, que também faz parte da liderança da ocupação. Desde então, a ocupação não recebe novos moradores. A ajuda, porém, continua uma promessa.

Fotos: Julio Cesar Moreira

Ana Cristina é uma das moradoras da ocupação que ainda aguardam por uma moradia

A assessoria de imprensa da Cohab informou que está negociando uma solução com o dono do terreno junto ao poder público, mas que ainda não tem uma solução para as famílias que vivem na ocupação.

Somente alguns dos barracos da ocupação são feitos de madeira. A maioria é de lona e sofrem mais com as mudanças de temperatura e chuvas. Em alguns casos, temporais chegam a derrubá-los.

Insumos básicos, como água e luz, são possíveis só por meio de ligações clandestinas. "A Sanasa [Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento] já veio aqui. Eles sabem que onde tem ocupação tem 'gato'. Eles pediram para que tivéssemos cuidados com vazamentos e aqui não tem. Temos até registro", orgulha-se Célia.

Impossibilidades

Como se não bastassem as péssimas condições em que vivem as famílias das ocupações, elas também são privadas de recursos públicos oferecidos no município inteiro. Por não possuírem endereço fixo, os moradores não podem frequentar escolas, creches e centros de saúde. O atendimento em hospitais só é feito em casos graves. "Nós fomos até a creche aqui perto e não deixaram colocarmos minha filha lá. Disseram que precisava de comprovante de residência e nós não temos", diz a desempregada Ana Clara Moreira da Costa, de 30 anos. Ela acrescenta que nenhum dos meninos ou meninas da ocupação consegue vaga em escola. "Eles não aceitam. Sem comprovante, não tem como matricular". Raquel Danieli Bento, outra das lideranças, tem problemas de hipertensão, mas não consegue fazer um tratamento nos centros de saúde da cidade, por causa da falta de um comprovante de endereço. "Dependo de grupos que veem nos ajudar. Eles trazem remédios, mas no posto não sou atendida", explica.

A situação causa revolta. "Falam que o jovem precisa estudar para não virar marginal. Mas que opção que eles estão tendo agora?", questiona Raquel, inconformada com a situação de desamparo.

A grande maioria dos moradores da ocupação também não consegue arrumar um emprego, pois as empresas não contratam que mora em áreas irregulares e não tem comprovantes de endereço. "Já cheguei a passar por todas as fases da entrevista, mas, quando falamos que moramos em uma ocupação, eles arrumam um jeito e dispensam", explica Ana Cristina Oliveira Sousa, de 45 anos, atualmente desempregada. Ela se emociona ao lembrar que foi Célia Maria quem a tirou ela das ruas.

Ana Clara conta que o marido trabalha em uma agência bancária, mas sofre pressão de perder o emprego se não mudar da ocupação. "Eles falam que ele tem que arrumar uma casa, que, se os patrões descobrirem, ele perde o emprego na hora", lamenta.

Célia é uma das lideranças que representam as 108 familias que vivem na ocupação

Campinas registra oito focos de incêndio por dia

Além da falta de chuvas e baixa umidade, muitas queimadas são provocadas por pontas de cigarros

Thais Helena

O Corpo de Bombeiros, no primeiro semestre de 2017, registrou 244 queimadas em Campinas. Junho foi o campeão de incidentes, superando em 51% o mesmo período do ano passado, o que soma oito focos por dia. Esse número é bastante significativo se for considerado o fato de que, no Estado de São Paulo, via satélite, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou, entre janeiro e junho, 800 focos de incêndio.

De acordo com a meteorologista e diretora do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (Cepagri), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ana Ávila, os motivos deste aumento foram a baixa umidade e a pouca quantidade de chuvas. Em junho deste ano, a cidade atingiu durante seis dias o estado de atenção em relação à umidade, ou seja, o índice ficou abaixo dos 30%. Além disso, o mês contabilizou 27,4 milímetros de chuva, o que corresponde a 6,49 vezes menos que no ano passado.

Foto: Edson Delattre

Fumaça provocada pelas queimadas prejudicam quem sofre de problemas respiratorios

Segundo o diretor da Defesa Civil de Campinas, Sidney Furtado, a esses fatores é possível acrescentar o fato de que, muitas pessoas, costumam jogar pontas de cigarros às margens das rodovias, o que provoca facilmente um incêndio com o tempo seco. "Além disso, balões representam um risco potencial à toda fauna, flora e à sociedade em geral."

Saúde

Se o tempo seco já é um problema para quem tem alguma dificuldade respiratória, as queimadas só prejudicam ainda mais. É o que acontece, por exemplo, com a estudante de Jornalismo Gabriela Cunha, de 20 anos. "Com queimada, a cabeça dói na hora", diz. Em geral, nessa época do ano, ela costuma ter crises de rinite e sinusite, que pioram se houver uma queimada por perto. "Eu fico espirrando, coçando nariz, o olho".

Legislação

Segundo o Artigo 54 da Lei Federal Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, é crime causar poluição que possa resultar em danos para a saúde humana, aos animais ou natureza, como é o caso das queimadas. Conhecendo essa lei e incomodado com focos de incêndio desde a infância, Edson Delattre, professor aposentado do Instituto de Biologia da Unicamp, decidiu fazer um trabalho voluntário contra as queimadas: "A base da minha atuação é atenção constante e uma prontidão para agir. Eu estou sempre atento ao cheiro e a visão de fumaça". Conhecido também como "Doutor Queimada", "Caçador de Queimadas" ou "Caçador de Fumaça", Delattre trabalha há 20 anos tentando inibir ou denunciar casos na cidade. De acordo com ele, quando uma pessoa inala fumaça, está entrando em contato com substâncias tóxicas. "O material particulado ultrafino entra até no sangue. Ele atravessa os alvéolos pulmonares, atravessa a parede dos capilares, entra no sangue. O sangue circula e esse material pode provocar no coração uma reação química. Então, são substâncias pró-inflamatórias que podem provocar arritmia, fibrilação, parada cardíaca e até morte."

Para as queimadas diminuírem, Furtado, Delattre e Ana concordam que a fiscalização rigorosa e a aplicação de multa é o ideal. A meteorologista explica que é importante mudar a visão em prol da coletividade, principalmente, porque as queimadas são formas tradicionais de se acabar com o lixo. "Agora, quando se aplicam multas, por exemplo, ao dono de um terreno, ele certamente vai pensar duas vezes para fazer outra." Furtado recomenda ainda que as pessoas evitem fazer queimadas como estratégia de limpeza em terrenos.

Animais em estradas são risco para motoristas

Concessionárias realizam ações para orientar a população sobre abandonos próximo a rodovias

Isabela Cardoso

As concessionárias Autoban, Rota das Bandeiras e AB Colinas, responsáveis respectivamente pelo Sistema Anhanguera-Bandeirantes, pelo Corredor D. Pedro e pela Rodovia Santos Dumont, contabilizaram 216 atropelamentos de animais no primeiro semestre na Região Metropolitana de Campinas (RMC). Neste número não estão considerados os atropelamentos nas rodovias estaduais, porque o Departamento de Estradas de Rodagem (DER) não tinha o dado para informar.

As ocorrências levam em conta também animais silvestres de pequeno, médio e grande porte, embora domésticos sejam a maioria, atingidos em perímetros urbanos. Para todos os casos, o Código Civil Brasileiro define, no artigo 936, que o dono ou detentor dos animais será responsabilizado e ressarcirá o dano causado, se não houver provas de culpa da vítima. É de responsabilidade do proprietário manter o animal em espaço restrito, com cerca em bom estado para evitar fugas.

A Rota das Bandeiras mantém o "Censo Animal", que, além de contabilizar o número de animais, busca conscientizar proprietários de rebanhos de grande porte – como bois, cavalos e vacas – sobre a importância de mantê-lo preso e diminuir o número de ocorrências na via. Além disso, a iniciativa informa sobre as responsabilidades civil e criminal em casos de acidentes. Esse processo é feito com a distribuição de folhetos com dicas de segurança durante visitas às propriedades rurais.

Já a concessionária Autoban desenvolveu parceria com a Associação Mata Ciliar, organização não governamental (ONG) de Jundiaí, e criou o programa Guardiões da Mata, que reabilita animais envolvidos em acidentes, reintegrando-os à natureza. Além disso, outro convênio, com a World Animal Protection no Brasil (WSPA), possibilita campanhas de posse responsável de animais.Rosangela Ribeiro Gebara, gerente de programas veterinários na WSPA, conta que as ações conjuntas têm como finalidade conscientizar para que não haja abandonos, já que, de acordo com a Autoban, a maior parte dos acidentes envolve animais domésticos.

Foto: Isabela Cardoso

Animais largados nas rodovias aumentam chances de acidentes

A Polícia Militar (PM) também utiliza fôlderes no *Facebook* para informar sobre o que fazer quando se deparar com animais nas estadas. A PM também informou que não é aconselhado contato corporal, pois, se estiver vivo e ferido, isso pode piorar as lesões, além do risco de ataques. Se estiver morto, há o risco de doenças. Nesses casos, o aconselhável é ligar para o DER, para a Polícia ou concessionárias.

As empresas reforçam que a captura exige treinamento. Caso o animal se assuste, ele pode correr até a faixa de rolamento e causar acidentes. Também se aconselha a diminuir a velocidade, não buzinar, nem acender luz alta para que o animal não se assuste. Se for notado um animal na pista, a passagem deve ser feita por trás. Outra dica é alertar motoristas em direção oposta, piscando faróis.

"Escola sem Partido" é aprovado na Câmara

Projeto teve 25 votos na primeira votação em 04.09; data foi marcada por manifestos a favor e contra

Ericka Araújo

Com cerca de 250 pessoas lotando o plenário e outras 200 esperando do lado de fora, a maioria dos vereadores da Câmara Municipal de Campinas aprovou em primeiro turno o projeto de lei Escola Sem Partido, de autoria do vereador Tenente Santini (PSD), na noite de segunda-feira, 4 de setembro, por 25 votos a favor e cinco contrários. A votação foi marcada por manifestações de grupos contrários e favoráveis ao projeto. A oposição foi feita pelos vereadores Mariana Conti (PSOL) Pedro Tourinho (PT), Gustavo Petta (PC do B), Luiz Carlos Rossini (PV) e Carlão do PT. Durante a sessão, cerca de 20 Guardas Municipais (GM) realizaram a segurança do local.

O projeto indica seis regras que deverão ser seguidas pelos professores, entre elas, a proibição de propaganda político-partidária e do incentivo a participar de manifestações. O texto agora segue para segundo turno, quando será analisado o mérito. Não há ainda data definida.

Os vereadores Gustavo Petta (PCdoB) e Mariana Conti (PSOL) solicitaram a retirada do regime de urgência da votação, defendendo que era necessária antes a realização de uma discussão mais ampla. "Urgente nesta cidade é cuidar dos salários dos professores, é discutir a falta de professores, é o cumprimento do plano municipal de educação", ressaltou Petta.

Foto: Ericka Araújo

Manifestantes lotaram plenário e levaram faixas para protestar contra projeto de lei

O vereador também apontou o recebimento pela Câmara do manifesto da Ordem de Advogados do Brasil (OAB), expondo vícios formais e materiais do projeto. Também se manifestaram contrárias ao projeto no início do mês de agosto por meio de notas oficiais, a Faculdade de Educação da Unicamp (FE) e a Associação dos Professores da PUC-Campinas (Apropucc). Parlamentares contrários ao projeto também lembraram a decisão do Ministro Luís Roberto Barroso, que deferiu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), impugnando a mesma lei no estado de Alagoas em março deste ano.

Já o parlamentar Campos Filhos (DEM), favorável ao projeto, defendeu que a aprovação é um clamor dos pais. Ele comparou as manifestações contrárias às ocorridas durante a votação de outro projeto de sua autoria: a emenda anti-ideologia de gênero, em 2015. "Nós chegamos ao dia em que nós estamos dizendo não à doutrinação. Dissemos não à ideologia de gênero, dissemos não à orientação sexual", afirmou.

Contrário ao projeto de Santini, o vereador Luiz Rossini (PV) argumentou que o projeto é inconstitucional e ilegal. "Se os vereadores puderem ter a iniciativa de alterar o currículo das escolas e interferir no processo pedagógico, nós vamos criar uma instabilidade no sistema de ensino, porque, a cada ano, você pode ter proposta que muda toda a lógica da escola e do ensino", enfatizou.

"Escola Sem Censura"

O projeto Escola Sem Censura, de autoria da vereadora Mariana Conti (PSOL), foi anexado ao projeto do vereador Tenente Santini por tratar de assunto similar e deveria ter sido analisado na mesma sessão. Porém foi considerado inconstitucional pela Comissão de Constituição e Legalidade da Câmara e acabou arquivado.

Militantes

O projeto de lei Escola Sem partido divide e mobiliza grupos, como o Minha Campinas e o Movimento Brasil Livre (MBL), que se posicionam, respectivamente, de modo contrário e favorável ao projeto.

O grupo Minha Campinas considera o projeto inconstitucional e contraditório. "Estamos alinhados com a Unesco quando entendemos que a discussão de gênero é necessária nas escolas para a diminuição das diversas formas de discriminação e violências de gênero. Não faz sentido que um projeto tenha os princípios de neutralidade e pluralidade lado a lado. O princípio da pluralidade está colocado na legislação, enquanto que o da neutralidade foi colocado pelo Escola Sem Partido", afirma Marcelo Nisida, membro do grupo.

Já para o arquiteto Paulo Gaspar, membro do MBL, o projeto tem como objetivo evitar o uso político-partidário e ideológico nas escolas. "Não importa a ideologia do professor, seja de esquerda ou de direita. A sala de aula não deve ser palco para fazer proselitismo, nem direcionamentos de modo a interferir no livre arbítrio e crença dos alunos", defende.

CNPq anuncia corte de 44% no orçamento

Cerca de R$ 570 milhões serão contigenciados e o pagamento das bolsas pode ser afetado já neste mês

Ticiana Fernandes

O estudante de doutorado em Engenharia de Alimentos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Samuel Ferreira decidiu ingressar na carreira acadêmica depois de participar de um programa de Iniciação Científica. Ao iniciar o mestrado, foi surpreendido ao descobrir que, durante todo o seu primeiro ano, não receberia a bolsa para a qual tinha sido aprovado. Já no doutorado, a situação se repetiu: precisou esperar seis meses para começar a receber o auxílio, devido à insuficiência de recursos. Ele é um dos mais de 100 mil pesquisadores brasileiros que vivem a instabilidade do sistema de bolsas.

Ferreira é bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), maior agência de fomento à pesquisa do Brasil. O órgão, parte integrante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), teve 44% (cerca de R$ 570 milhões) do seu orçamento de 2017 contingenciado, o que compromete o pagamento de bolsas a partir do mês de setembro.

A situação preocupa o doutorando. "No início do mestrado, dei aulas particulares, fiz bicos de garçom, trabalhei em escolas de inglês e também atuei em uma empresa que desenvolve simulados de vestibular. Até o semestre passado, eu estava contente em saber que receberia a bolsa, mas, agora, com essa notícia do CNPq, fico bem frustrado."

A doutoranda em Linguística pela Unicamp Aline Machado também se sente prejudicada: "A incerteza de ter pagamento está mexendo com todo mundo. Como trabalhar? Temos que produzir, fazer artigos, ir a congressos, etc. Tem pessoas literalmente perdendo o sono. Sem a bolsa, muitos trancariam o doutorado", afirma.

Não é a primeira vez que isso acontece. No ano passado, o CNPq também sofreu com o contingenciamento de verbas e foi obrigado a suspender a concessão de novos auxílios de pós-graduação no Exterior. Neste ano, no entanto, os recursos estão ainda mais limitados e o orçamento atingiu os menores índices desde 2001, totalizando R$ 523 milhões até o momento.

Em agosto, o presidente do CNPq, Mario Neto Borges, declarou ao jornal *O Globo* que a agência vive o seu pior momento em 66 anos. Ainda assim, ele se diz otimista e acredita que será possível garantir os recursos em uma luta mensal. Contudo, em reunião entre Borges e o ministro do MCTIC, Gilberto Kassab, nenhuma solução efetiva foi encontrada.

Para o vice-diretor da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (ANPG), Cristiano Moraes Junta, há um risco legítimo de que boa parte do sistema nacional de pesquisa possa deixar de funcionar: "Praticamente toda a ciência produzida no Brasil depende das universidades públicas. O governo está punindo a pesquisa científica no País em nome do ajuste fiscal."

Segundo ele, além de se posicionar contra os contingenciamentos, a ANPG está mobilizando protestos: "Infelizmente, ainda existe uma cultura na universidade de que os pós-graduandos não devem se envolver em política. Porém, agora, com os cortes, nós estamos vendo que o engajamento político é fundamental."

Desemprego entre os jovens atinge 28% no Brasil

Empresas aumentam em 31% as vagas de estágio enquanto diminuem efetivações devido à crise financeira

Gabriela Bratfisch

Estagiar durante a graduação e se candidatar, durante vários meses, a centenas de vagas para poder conseguir um emprego após conseguir o sonhado diploma: essa é a realidade da maioria dos jovens brasileiros recém-graduados. No entanto, de acordo como último levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do primeiro semestre de 2017, 28% dos jovens entre 18 e 24 anos estão desempregados. Ao mesmo tempo, de acordo com uma pesquisa da Companhia de Estágios, empresa especializada em vagas para universitários, o número de oportunidades para quem ainda não saiu da faculdade cresceu 31% no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período de 2016.

A jovem Monique Bonifácio, de 26 anos, viveu essa situação: graduada em Administração pela Universidade de São Paulo (USP) em 2016, ela se candidatou a mais de 700 vagas de emprego após se formar e só foi contratada oito meses depois da conclusão do curso. Monique iniciou sua vida acadêmica cursando Farmácia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e conseguiu um estágio em uma grande multinacional do ramo de produtos químicos. Lá, Monique teve contato com a área administrativa da empresa, o que a influenciou a ingressar no curso de Administração em 2013. Durante o novo curso, ela estagiou durante dois anos no Instituto Pecege, empresa que organiza cursos de pós-graduação em São Paulo.

"Com a crise, é comum vermos cada vez mais casos de empresas que não cumprem a lei e designam, ao estagiário, tarefas que seriam de um cargo efetivo"

Após meses procurando oportunidades efetivas, Monique foi contratada em agosto por uma empresa especializada em intermediação de pagamentos: "Achei que seria bem mais fácil conseguir emprego depois de formada, mas acabou sendo muito difícil. No final da faculdade tentei outros estágios, mas muitas empresas não quiseram me contratar, pois logo eu teria o diploma e já não me encaixaria mais nas vagas de estágio", conta Monique.

Encontrar uma vaga efetiva também é a dificuldade da bióloga Mayara Copagás, de 25 anos. Formada em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Unicamp no final de 2016, Mayara fez iniciação científica remunerada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Hoje, a jovem não consegue encontrar vagas como professora de biologia. "Todas as que encontro são de estágio, para candidatos que ainda estejam cursando Ciências Biológicas. Inclusive, achei vagas em escolas de ensino fundamental ou médio que estão substituindo professores formados por professores estagiários, e contratam os alunos de graduação para dar aulas".

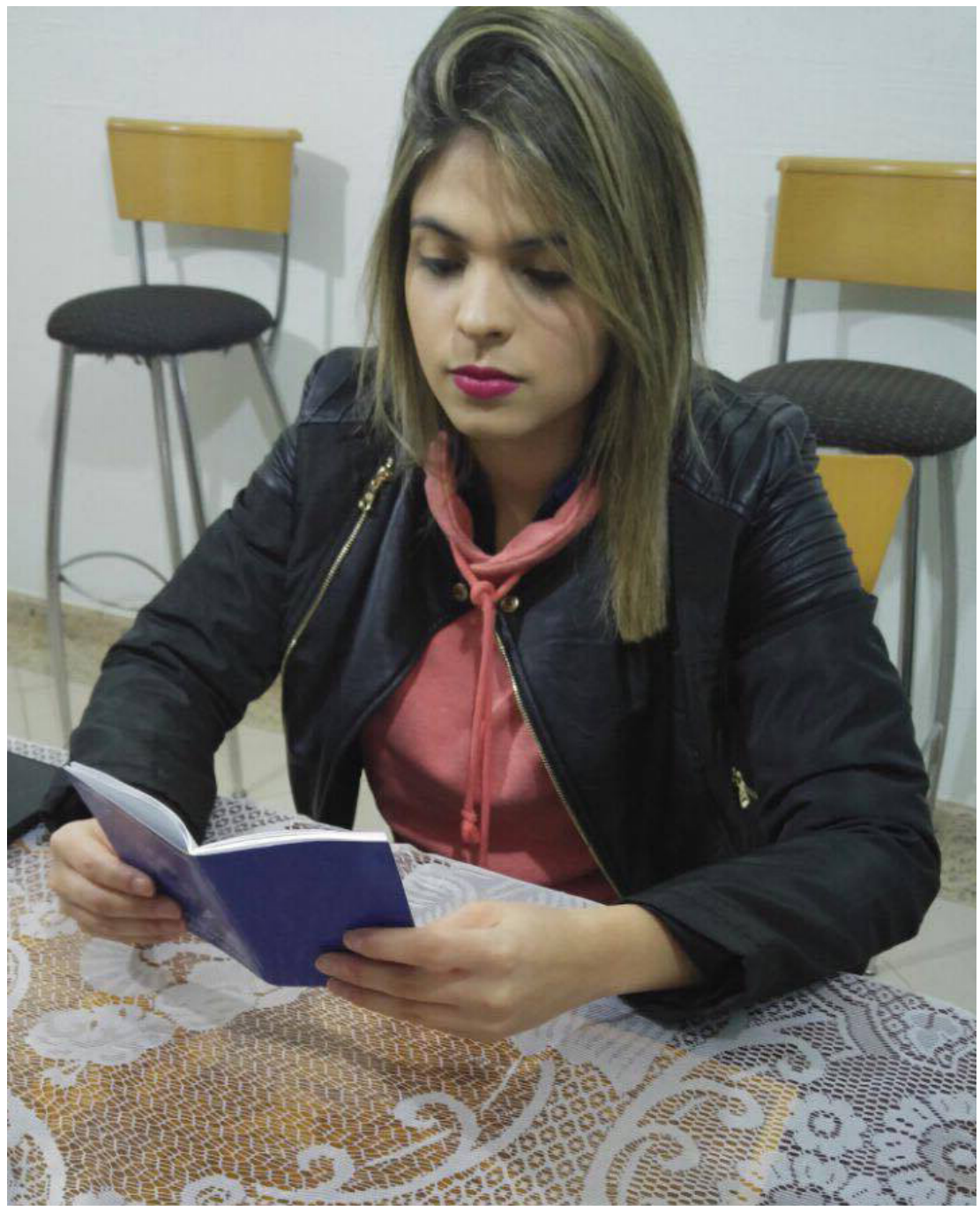

Foto: Gabriela Bratfisch

Carolina Orssolan, 21 anos, está desempregada desde que se graduou em Jornalismo no final de 2016

A realidade enfrentada por Mayara e Monique tem a ver com outro dado: o Ministério do Trabalho contabilizou, em 2016, 1,3 milhões de postos de trabalho eliminados no Brasil. "Com a crise, é comum vermos cada vez mais casos de empresas que não cumprem a lei e designam, ao estagiário, tarefas que seriam de um cargo efetivo", explica o advogado trabalhista Watson Cortez, que diz ter conhecimento de casos irregulares envolvendo empresas que não cumprem as obrigações da Lei do Estágio.

Com um salário menor e menos benefícios, as vagas de estágio acabam sendo utilizadas pelas empresas como forma de cortar gastos e substituir vagas efetivas.

A jornalista recém-formada pela PUC-Campinas Carolina Orssolan, de 21 anos, estagiou por três meses em uma agência de comunicação de Campinas, onde viveu essa situação: "Em alguns dias, eu trabalhava durante dez horas, com apenas 15 minutos de intervalo. Eu fazia muitas tarefas que deveriam ser de um profissional formado, com experiência, e me pagavam um salário muito baixo. A dona da agência se recusava a contratar profissionais formados, pois dizia que a CLT trazia muitos prejuízos financeiros à empresa".

Hoje, já formada, Caroline também está desempregada: "Conseguir uma vaga efetiva está muito difícil, pois as empresas só querem estagiários. Isso acaba sendo ruim para todos os jovens, pois os estagiários acabam trabalhando muito mais, por um baixo salário, e os recém-formados ficam desvalorizados no mercado".

Se lei for descumprida, estudante deve recorrer judicialmente a seus direitos

Pela lei 11.788, que regula as atividades de estágio no Brasil, situações como a que Caroline viveu em seu estágio são irregulares. O advogado, especialista em direito do trabalho, explica: "O estagiário não tem vínculos empregatícios com uma empresa, pois o estágio é uma atividade com fins educacionais, que deve ser acompanhada pela instituição de ensino a qual o aluno está veiculado", diz. De acordo com ele, quando o estagiário presta esse tipo serviço na empresa, "está caracterizado o vínculo empregatício irregular. Além disso, a carga horária máxima de trabalho de um estagiário é de seis horas diárias, ou 30 horas semanais. Se estes ou quaisquer outros pontos da lei forem descumpridos pela empresa, o estagiário pode contatar um advogado para recorrer judicialmente a seus direitos".

A coordenadora Rose Bars, do Escritório de Talentos e Carreiras da PUC-Campinas, departamento responsável pela regulamentação de alunos da universidade, reforça esta recomendação: "O estágio é uma atividade pedagógica, orientada por professores específicos em cada universidade. Se o aluno perceber que a empresa não está cumprindo a Lei de Estágio, é recomendado que o aluno reporte a situação ao professor orientador responsável".

Excesso de redes sociais pode levar à depressão

Pesquisa da OMS revela que ansiedade entre jovens de 14 a 24 anos cresceu 70% nos últimos anos

Livia Jacob

Foto: Livia Jacob

No Brasil, quase metade da população utiliza algum tipo de rede social; *Facebook* e *Instagram* são os mais acessados

Se você é daqueles que não largam o celular e já ficou mal-humorado porque percebeu o tempo que perdeu navegando, fique alerta: o tempo excessivo nas redes sociais pode ser favorável para o desenvolvimento de doenças como depressão, de acordo com pesquisa inglesa, realizada pela Real Sociedade de Saúde Pública, em parceria com o Movimento de Saúde Jovem.

Os resultados do levantamento mostram que as taxas de depressão e ansiedade entre pessoas de 14 e 24 anos que usam redes sociais cresceram 70% nos últimos 25 anos. Os números acompanham os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS): mais de 300 milhões de pessoas vivem com depressão no mundo e a doença atinge 5,8% da população brasileira, coincidentemente, uma das mais adeptas ao uso de redes sociais, já que, no País, 93,2 milhões de usuários estão conectados a elas. Na América Latina, o Brasil é o país com maior prevalência de casos de depressão.

A psicóloga Marli Egydio explica que "a depressão é uma doença que drena o seu ânimo. A pessoa que está nessa condição se sente cada vez mais cansada, até mesmo para fazer as tarefas mais simples do dia a dia. Ela perde a satisfação em fazer o que costumava gostar e passa a ver e a sentir a vida de uma maneira diferente. É uma das maiores causas de incapacitação e perda de qualidade de vida".

O *Instagram* é a rede social mais prejudicial à mente dos jovens, conforme a pesquisa inglesa. O aplicativo, gratuito e acessível para qualquer um que tenha internet e um smartphone ou computador, divulgou em abril deste ano que atingiu 700 milhões de usuários. O portal de estatísticas Statista classificou o *Instagram* como a sétima rede social com mais usuários ativos, perdendo para o *Facebook, Youtube, Whatsapp, Facebook Messenger, WeChat e QQ*.

A publicitária Maria Fernanda Penalva já sentiu na pele os problemas que a rede social pode causar na saúde mental. Ela é dona de uma conta com mais de 20 mil seguidores. "No *Instagram*, a gente encontra uma enxurrada de fotos bonitas, de pessoas magras, bem-sucedidas, com pele hidratada, sem olheiras e dentes brancos, que vão às melhores festas e usam roupas da última moda. Pessoas que passam o dia na academia e adoram exibir seus corpos com 0% de gordura. Gente que come em restaurantes deliciosos e não engordam. Eu passei a querer ser uma dessas pessoas, e comecei a ficar mal porque era um ideal de vida que eu não conseguia alcançar", conta a blogueira.

Os motivos expostos por Maria Fernanda podem ser gatilhos para a depressão em jovens que passam tempo demais nessa rede social. "A impressão que dá é que a vida do outro é sempre perfeita e a sua não. Isso gera uma sensação muito forte de frustração, de inferioridade. Acompanhar em excesso a vida das figuras digitais cria a ilusão de que você também precisa seguir o mesmo estilo de vida, ter as mesmas coisas, agir da mesma forma, porque você começa a acreditar que a vida dele é melhor que a sua, e o conjunto disso desencadeia doenças como depressão e ansiedade", conta a psicóloga.

Mas, não é apenas seguir o perfil de pessoas com realidades diferentes da sua que pode afetar negativamente a saúde mental. Há um outro vilão na história: o anonimato. Maria Fernanda conta que houve pessoas que criaram perfis *fakes* para insultá-la sem mostrar a verdadeira identidade. "Já me falaram que eu era feia, que eu não tinha corpo para usar aquela roupa, que eu era chata, fútil, e que deveria parar com a ideia de ter um blog. Eu sempre amei ter o blog, sempre amei o que eu fazia. Mas comecei a desanimar. Pensei milhares de vezes em desistir, porque esses comentários conseguiam realmente me atingir e me magoar muito. Já é difícil não se comparar aos outros. Consegue imaginar isso somado às ofensas gratuitas?", conta a publicitária.

Quando percebeu o quanto estava sendo prejudicada, Maria Fernanda buscou ajuda profissional para conseguir se recuperar. Assim como Camila Sala, de 24 anos. Mesmo tendo apenas perfis pessoais nas redes sociais, Camila já sofreu com comentários ofensivos e com o tempo excessivo nas redes sociais.

"Eu sempre sofri com o excesso de peso, e isso se estendia para o mundo virtual também. Eu ficava chateada porque minhas fotos não tinham muitas curtidas, e já recebi comentários que me ofenderam no Facebook. Isso acabou com a minha autoestima. Sempre que via algo zombando de sobrepeso nas redes sociais eu me sentia atingida. Isso foi aos poucos me deixando cada vez pior, porque eu me sentia completamente fora do padrão", conta Camila.

As visitas ao psicólogo ajudaram as meninas a enfrentar a doença. "É importante entender que cada um tem uma rotina e uma realidade diferente. É preciso trabalhar o pensamento de que algumas figuras sociais podem ser exemplos, inspirações, mas sem deixar que isso tome controle da vida e faça com que a pessoa perca sua identidade", diz Marli.

O acompanhamento de um profissional é importante. Marli reforça que não é a rede social que provoca a depressão, mas seu uso excessivo pode sim aumentar o risco de doenças como depressão, ansiedade e até mesmo transtornos alimentares. Afinal, o que se vê nas redes sociais podem ser fatores para desencadear problemas psicológicos, principalmente em pessoas que já tem pré-disposição.

OMS estima cerca de 800 mil suicídios por ano

De acordo com o Mapa da Violência, entre os jovens, há o maior crescimento; em 24 anos, a taxa aumentou 27,2%

Stéphanie Borin

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que mais de 800 mil pessoas cometem suicídio no mundo anualmente. Isso representa uma morte a cada 40 segundos. Os números mais alarmantes, segundo o Mapa da Violência 2017, são encontrados entre jovens de 15 a 29 anos. Os dados revelam que, entre 1980 e 2014, a taxa de suicídio nessa faixa etária aumentou 27,2%. "Essa é uma das consequências das dificuldades da vida moderna que tem acarretado aumento nos índices de depressão, isolamento, individualismo, desemprego e falta de perspectivas no futuro", avalia o psiquiatra Neury José Botega.

Fotos: Stephanie Borin

Maria C. De Stefano com livro, originado de diário do filho

O filho da assistente de vendas Marina Lopes entrou para essa estatística em 2013. Raphael tinha 20 anos. Marina acha que a maioria das pessoas ainda têm medo de falar sobre o assunto por conta do preconceito. "É muito difícil quando acontece na vida real, mas é um assunto que precisa ser discutido sim, principalmente quando se trata da depressão. A depressão é uma doença para a qual as pessoas não dão a devida importância e que tira a vida de muitos filhos", desabafa.

Botega explica que é possível prevenir uma grande parcela de mortes quando a pessoa sofre de depressão ou outros problemas psicológicos como, por exemplo, alcoolismo, transtorno bipolar, esquizofrenia ou traços impulsivos ou agressivos de personalidade. "Diagnosticar precocemente e tratar essas doenças ajudaria a prevenir o suicídio", orienta.

Maria Cristina De Stefano é psiquiatra e perdeu o filho Felipe, de 33 anos, em 2012. Desde então, a médica tem se dedicado ao trabalho de prevenção do suicídio por meio de palestras, principalmente. "Ainda dói falar do assunto, mas é algo que eu relembro sempre, mesmo que não comente. Então, é muito melhor poder ajudar outras pessoas e famílias a se salvarem", conta.

Maria Cristina também decidiu publicar o diário do Felipe. O livro, *Suicídio: a epidemia calada* (Editora Ofício das Palavras, R$ 35, revertidos para campanhas), apresenta um resumo dos três últimos anos de vida do filho. "A publicação é a esperança de que alguém possa pedir ajuda, e espero que sejam muitos. Existem os serviços públicos de atendimento à doença mental, os ambulatórios das faculdades. Têm CVV [Centro de Valorização da Vida], AA [Alcoólicos Anônimos], NA [Narcóticos Anônimos] e Caps [Centro de Atenção Psicossocial] para dependência química. Mas também tem o bar, o caminho das drogas, os amigos da roda e uma banalização da pessoa", alerta a médica.

Outros dados da mesma pesquisa da OMS revelam que 9 em cada 10 casos de suicídio poderiam ter sido evitados. Botega explica que uma das principais formas de prevenção é estar atento aos sinais que um possível suicida dá. "Os jovens, geralmente, apresentam mudanças marcantes na personalidade ou nos hábitos, passam a ter um baixo rendimento na escola ou no trabalho, o comportamento passa a ser ansioso, agitado ou deprimido, além de perderem o interesse em atividades de que gostava. É comum também fazerem comentários autodepreciativos, pessimistas e desesperançosos", alerta.

O psiquiatra ainda orienta que, ao perceber esses sinais, não há nada mais eficiente do que o diálogo. "Existem vários mitos, a começar pela ideia de que perguntar sobre suicídio pode instigar uma pessoa a se matar. Nada mais equivocado. Ao contrário, uma pergunta tão sensível, no meio de uma conversa franca e acolhedora, pode significar um alívio para quem realmente está pensando no assunto", finaliza.

De vilã, internet e redes sociais se transformam em aliadas da prevenção

Maria Carneiro, voluntária e coordenadora no Centro de Valorização da Vida de Jundiaí

Se a internet pode ser uma vilã quando se trata da questão do suicídio por individualizar ou isolar as pessoas, na mesma proporção pode ser uma aliada para evitar que pessoas tentem se matar. O Centro de Valorização da Vida (CVV) tem usado, cada vez mais, as redes sociais e alguns aplicativos de bate-papo para ajudar, principalmente, jovens que estão pensando em se suicidar e que decidem buscar essa ajuda.

O CVV é uma associação social sem fins lucrativos, que oferece uma escuta, seja ela por telefone ou on-line, compreensiva, centrada na pessoa, sem julgamentos, sem direcionados e completamente sigilosa, o que, em muitos casos, encoraja as pessoas a buscarem alguém para conversar. Maria Bernadete Amaral Carneiro, coordenadora e voluntária há quase 15 anos no CVV de Jundiaí, conta que os jovens estão ultrapassando a barreira que o tabu em se falar de suicídio criou e estão procurando alguém que possa auxiliá-los com o que sentem. "Os jovens, ao invés de usarem o telefone, acabam preferindo o chat quando conseguem criar coragem para conversar. É como se o mundo on-line estivesse mais próximo. E, através do nosso acolhimento, empatia e da escuta compreensiva, estamos conseguindo fazer a diferença na vida dessas pessoas", comemora.

Preocupados com o número crescente de suicídio entre os jovens, os voluntários do CVV elaboraram, inclusive, uma cartilha de orientação exclusiva para esse público. Um dos dados reflete essa preocupação: "Em uma sala com 30 pessoas, cinco delas já pensaram em suicídio", diz um dos trechos. Maria Bernadete explica que, assim como o adulto, o jovem também precisa desabafar e é ainda mais importante estar com eles em seus momentos de angústia. "Com o jovem, todos os acontecimentos são muito intensos. Então, é necessário estarmos sempre em alerta e ouvirmos com atenção, sem dizer a famosa frase 'tudo vai passar', porque, naquele momento, para aquele jovem, não vai passar instantaneamente".

Bernadete ainda explica que é importante que se crie um olhar diferente para esses jovens que têm passado por um momento difícil ou estão falando em suicídio. "A compreensão sempre foi e sempre será a melhor forma de aprendermos a lidar com as questões da nossa vida e, mais importante ainda, da vida do outro", finaliza. Para quem deseja entrar em contato com o CVV, o telefone é 141 (atendimento 24 horas) ou pelo site www.cvv.org.br.

Grupos reclamam da ausência de incentivo

Manutenção dos projetos que dependem de editais oferecidos pelo Poder Público é principal motivo de queixa

Isabella Lima

Os últimos anos se tornaram ainda mais difíceis para quem trabalha com cultura na região de Campinas. Os grupos e coletivos que produzem cultura independente encontram muitas dificuldades para manter seus projetos. Os motivos variam, mas todos possuem algo em comum, a falta de apoio da prefeitura.

O trio Simone Peixoto, Luciana Taniguti e Marcio Santos, criadores do ateliê "Xilomóvel", contam que as principais dificuldades para manter o projeto de xilogravura itinerante é depender dos editais oferecidos pela Prefeitura de Campinas.

Esses editais são um dos principais meios de apoio aos grupos. Os produtores enviam projetos e passam por uma seleção. Os aprovados ganham um "prêmio" em dinheiro para colocar o projeto em prática. Segundo Luciana, o grupo ganhou três editais da Fundação Nacional das Artes (Funarte). Com o dinheiro, conseguiram fundar o "Xilomóvel" e transportar todo o ateliê de arte dentro de um carro. Com o veículo, se deslocam entre cidades da região e abrem a possibilidade para que o público faça peças, com todo o material cedido pelo próprio grupo.

Outro desafio que enfrentam é a falta de parcerias com as oficinas culturais. "Tínhamos uma demanda infinita. A gente não dava conta de fazer todo trabalho que aparecia, mas, conforme as instituições culturais foram sendo fechadas, o trabalho escasseou em 2016 e 2017", esclarece Luciana, referindo-se ao que aconteceu, por exemplo, com a Oficina Cultura Hilda Hilst, que funcionava no Centro de Campinas e encerrou as atividades no começo deste ano.

Santos conta que o grupo já participou de editais para o Fundo de Investimentos Culturais de Campinas (Ficc), ferramenta de financiamento que concede verbas para atividades no campo das artes. Porém, ele alega que o financiamento de 2016 ainda não foi pago aos ganhadores.

Foto: Divulgação

"Xilomóvel" que transporta o ateliê do trio de artistas independentes: Simone Peixoto, Luciana Taniguti e Marcio Santos

A Secretaria Municipal de Cultura justificou que, como previsto em lei, o município não pode e nem irá deixar de cumprir suas responsabilidades. "Estamos fazendo um grande esforço para reequilibrar o caixa e arcar com os compromissos firmados", disse Claudia Miguel, responsável pelo setor de Cultura.

A companhia de musicais "Jukebox" também sente falta de apoio da Prefeitura. O fundador, Tiago Bezerra, diz que o grupo não possui vínculo com nenhuma instituição, mas sente falta de espaços públicos para apresentação. "O único local apropriado é o Castro Mendes e é muito difícil conseguir data lá. É estranho, porque é um espaço público, mas, mesmo assim, eles rejeitam muitas propostas". Para utilizar o espaço, os grupos também precisam ser avaliados por meio de editais que, segundo Bezerra, são recusados facilmente sem justificativa oficial.

A Prefeitura não esclareceu como funciona o método de avaliação, nem se os artistas recebem uma justificativa quando os recursos são negados. "Os grupos sabem que a utilização do espaço é por edital", disse Cláudia. Na publicação do resultado do edital, consta apenas o nome dos ganhadores.

De acordo com Cláudia, também não há previsões para a volta do Ficc, único edital público de seleção para financiamento de projetos culturais da cidade. Segundo a Secretaria Municipal de Cultura de Campinas, o motivo desse desfalque é a crise. "Em âmbito municipal, dependemos de impostos, repasses da União, repasses estaduais que em razão dessa crise também tiveram queda", justifica.

Enquanto isso, os grupos de cultura independente buscam novas estratégias para se manter. O grupo "Xilomóvel" iniciou, esse ano, cursos regulares de xilogravura em seu ateliê, em Barão Geraldo. Eles buscam se tornar cada vez mais independentes. "Nosso sonho é conseguir equilibrar tudo, para que a gente consiga se manter sozinhos e também continuar com os projetos gratuitos para aqueles que não conseguem bancar o curso", afirma Luciana.

Foto: Isabela Lima

Com o prêmio recebido em um dos editais Luciana conseguiu montar o ateliê de xilogravura

Jundiaí

Não é só em Campinas que os grupos enfrentam problemas. Mariana Polini, membro da "Associação Cultural Ocupa Colaborativa", de Jundiaí, conta que o coletivo não teve apoio da Prefeitura em nenhum momento. O "Ocupa" surgiu da união de coletivos de cultura independente da cidade. Além de buscarem por um novo espaço, enfrentam a falta de apoio e de contribuição dos moradores. "Atualmente, gostaríamos de ter algum apoio da Prefeitura para conseguir um novo ambiente e continuar o projeto".

Mariana conta que a antiga Gestão de Cultura da cidade se manteve neutra, ou seja, não houve nenhum tipo de apoio. O atual diretor do Departamento de Cultura de Jundiaí, Marcelo Peroni, conta que, desde o início de sua gestão, tem conversado com o Ocupa Colaborativa. "A última posição do coletivo foi suspender o pedido do espaço, pois eles estavam passando por um processo de mudança em sua organização", afirma.

O coletivo está se transformando em uma associação para que, segundo Mariana, entre legalmente nos parâmetros de um espaço público administrado por várias pessoas.

Brasileiros se organizam para viagem à Rússia

Grupo de amigos pretende gastar até R$ 60 mil para assistir aos jogos da Copa do Mundo

Ana Clara Ongaro

A pouco menos de 10 meses do início da Copa do Mundo de 2018, na Rússia, brasileiros apaixonados por futebol já se organizam para cruzar o planeta e assistir aos jogos. Os pacotes de viagens ainda não estão à venda, pois dependem da disponibilização dos ingressos pela Federação Internacional de Futebol (Fifa), mas muita gente está guardando dinheiro e criando estratégias para arrecadar fundos para a viagem e a estada.

Os amigos Antonio Castilho, de 27 anos, e Vinicius Lima, de 28, começaram a pensar e organizar a viagem há dois anos. O analista de sistemas de informação e o vendedor se conhecem desde a infância. "Sempre fomos fanáticos por futebol. Nosso ápice foi quando vimos a nossa primeira final de copa, na África, em 2010. Não era o Brasil jogando, mas participar de tudo aquilo foi uma emoção muito boa", comenta Lima.

O dinheiro começou a ser guardado em janeiro de 2016 e nem sete meses de desemprego fizeram Castilho deixar de poupar. "Nesse tempo, juntei até as moedas que achava na rua e não desanimei nem por um segundo", conta. No total, a dupla vai desembolsar cerca de R$ 60 mil para ir ao torneio. "Não vamos desanimar! Estamos firmes nesse sonho e ele vai se realizar", diz Lima.

Economizar para uma viagem internacional não é tarefa fácil. Até mesmo os voos têm diferenças de preços. Para a Rússia, comprados com antecedência, podem variar de R4 4 mil a R$ 6 mil, segundo o agente de viagens Luiz Adelino. Ainda sobre deslocamentos, ele afirma que, na Rússia, ainda serão necessários mais gastos. "É um país muito grande. Os jogos ficam todos na parte europeia, mas, mesmo assim, é necessário se deslocar de trem ou de avião". Nos trechos domésticos, de acordo com estimativas das agências de viagens, as passagens aéreas são mais baratas que as de trem, mas os aeroportos ficam distantes do centro da cidade. Os valores do transporte ferroviário variam conforme o dia e o tempo de viagem. O deslocamento de avião sai em torno de R$ 300,00, mas também precisam ser consultados com antecedência.

Castilho e Lima, que já estiveram juntos em mais de 12 países para ver o que o esporte tem de melhor, se divertem lembrando do que faziam e ainda fazem para assistir futebol. "Foram muitas economias, apertos, rifas e empréstimos, mas todos os nossos familiares e amigos embarcam no nosso sonho e acabam nos ajudando também", diz o analista de sistemas. Juntos, eles abriram uma conta no banco e ao todo já somam R$ 38 mil, mas pretendem alcançar R$ 40 mil até o final ano. Todo dinheiro foi arrecadado com 15 rifas, três vendas de pizzas e o comércio de trufas no trabalho desde janeiro de 2016. "Minha irmã faz as trufas, me vende por um preço simbólico e nós revendemos. Guardamos o valor integral do que arrecadamos todos os meses", conta Lima.

O dinheiro arrecadado com as trufas será destinado para a alimentação na Rússia. "Pesquisei e vi que devo fugir dos restaurantes tradicionais. A taxa de serviço padrão chega a quase 20%", explica Lima. A solução adotada são as fast-foods russas, em que se come bem por preços quase iguais aos do Brasil.

Como em qualquer viagem, a dupla também está à procura de hotéis para o período. Moscou e São Petersburgo vão de hotéis luxuosos até quartos alugados por aplicativo. Durante a Copa, os preços tendem a ficar mais caros, mas as taxas nos hotéis não assustam em comparação a outras grandes cidades no mundo. "Hospedagens próximas aos metrôs são uma saída para quem vai à Copa", explica Adelino.

Além das passagens, da alimentação e da acomodação, é necessário preparar o bolso para o preço dos ingressos. Acima da média praticada na última Copa, os bilhetes só começarão a ser vendidos em setembro. Segundo anúncio da Fifa, os valores vão variar entre R$ 303 e R$ 3,5 mil, quase 10 vezes mais caros do que os do Brasil. "Nós vamos economizar mais ainda, mas como diria Fernando Vanucci 'A Rússia é logo ali!'" .

Foto: Ana Clara Ongaro

Antonio Castilho e Vinicius Lima estão há um ano e meio juntando dinheiro para assistir à Copa na Rússia

DICAS DE VIAGEM PARA A RÚSSIA

Copa do Mundo 2018

Não é preciso visto para viajar para a Rússia, mas é necessário passaporte com validade mínima de seis meses;

É necessário estar vacinado contra a febre amarela;

A Rússia tem variações de clima. Mas, durante a Copa, as temperaturas devem ficar amenas, com média de 17° C;

O período da Copa do Mundo coincide com "as noites brancas de São Petersburgo", quando quase não escurece;

Entre a maioria das cidades russas, o trajeto pode ser feito por trem.

Arte: Ana Clara Ongaro